

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Tenho o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade holding, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando em diversos segmentos da economia nacional, tais como: financeiro, processamento de dados, informática, serviços e outros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 43.811 mil (2018 R\$ 45.374 mil).

Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e com as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2019. As informações relativas ao ano de 2019 estão sendo informadas comparativamente com 2018, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício

A Sociedade apresentou o resultado no exercício de 2019 um lucro líquido de R\$ 40.880 mil (2018 R\$ 43.012 mil), correspondendo a uma rentabilidade de 4,26% (2018 4,68%) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2019 no valor de R\$ 959.741 mil (2018 R\$ 918.365 mil).
Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2019: a título de dividendos, R\$ 0,70 para titulares de ações ordinárias, R\$ 455,12 para titulares de ações preferenciais da classe "A" e R\$ 0,77 para titulares de ações preferenciais da classe "B", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2019, totalizam R\$ 523,19 para titulares de ações preferenciais da classe "A", Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias preferenciais da classe "B", relativamente ao 1º semestre de 2019.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 993.802 mil em 31 de dezembro de 2019 (2018 R\$ 959.741 mil), com crescimento de 3,55% no ano (2018 4,51%).

Capital Social

Em 25 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$352.804 mil para R\$369.202 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 17 de março de 2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 17 de março de 2020.

DIRETORIA

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais Mil)

ATIVOS	Notas Explicativas	31.12.2019		31.12.2018		PASSIVOS	Notas Explicativas	31.12.2019		31.12.2018	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018			31.12.2019	31.12.2018		
Ativo Circulante		6.793	14.260			Passivo Circulante		8.945	7.099		
Caixa e equivalentes de caixa	4	133	23			Obrigações					
Títulos para investimento	5	4.485	11.999			Dividendos a pagar	8	7.778	6.155		
Outros ativos	6	2.175	2.238			Outros passivos		1.167	944		
Ativo não Circulante		996.307	952.997			Total das Obrigações		8.945	7.099		
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.200	2.413			Passivo não Circulante		353	417		
Outros ativos	6	2.200	2.413			Exp. a Longo Prazo		353	417		
Investimentos		994.101	950.578			Outros passivos	8	353	417		
Investimentos em coligadas	7	994.101	950.578			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9	353		
Imobilizado		6	6			Capital social	9.a	369.202	352.804		
Ativos tangíveis		6	6			Reservas de capital	9.b	8.736	8.339		
TOTAL DO ATIVO		1.003.100	967.257			Reservas de lucros	9.c	562.430	545.488		
						Ajustes de avaliação patrimonial		53.434	53.110		
						Total do Patrimônio Líquido		993.802	959.741		
						TOTAL DO PASSIVO		1.003.100	967.257		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais Mil)

Histórico	Capital Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Lucros				Reserva Especial para Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial para Aumento Capital	Reserva Especial para Dividendos				
Saldos em 31.12.2017	336.206	7.920	48.890	156.829	260.357	60.154	48.009	5.101	918.365	
Ajustes de investimentos	-	-	-	-	-	-	5.101	-	5.101	
Aumento de capital:										
Com reservas (nota 09 a)	16.598	-	-	-	(16.598)	-	-	-	-	
Dividendos não reclamados	-	419	-	-	-	-	-	-	419	
Realização de lucros	-	-	-	(7.156)	-	-	-	7.156	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	43.012	43.012	
Distribuição:										
Reserva legal (nota 09 c1)	-	-	2.151	-	-	-	-	(2.151)	-	
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	-	-	-	10.215	-	-	-	(10.215)	-	
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	-	-	-	-	27.581	3.065	-	(30.646)	-	
Dividendos (nota 09 d/e)	-	-	-	-	-	-	-	(7.156)	(7.156)	
Saldos em 31.12.2018	352.804	8.339	51.041	159.888	271.340	63.219	53.110	324	959.741	
Aumento de capital:										
Com reservas (nota 09 a)	16.398	-	-	-	(16.398)	-	-	-	-	
Dividendos não reclamados	-	397	-	-	-	-	-	-	397	
Realização de lucros	-	-	-	(7.540)	-	-	-	7.540	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	40.880	40.880	
Distribuição:										
Reserva legal (nota 09 c1)	-	-	2.044	-	-	-	-	(2.044)	-	
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	-	-	-	9.709	-	-	-	(9.709)	-	
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	-	-	-	-	26.214	2.913	-	(29.127)	-	
Dividendos (nota 09 d/e)	-	-	-	-	-	-	-	(7.540)	(7.540)	
Saldos em 31.12.2019	369.202	8.736	53.085	162.057	281.156	66.132	53.434	324	993.802	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais Mil - exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO
A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital aberto, originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. - PASA, constituída em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte - MG e desde o início de suas atividades objetivava manter participações em outras empresas. Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo - SP e a modificação da denominação para Alfa Holdings S.A. Participações e Administração. A A.G.E. de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A. A sede social está localizada na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 466. A Sociedade é registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 - Brasil, Bolsa e Balcão com o código de negociação RPAD. Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros e de serviços. A Sociedade é controlada pelo Grupo Alfa de Investimento S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arranhamento Mercantil S.A., ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.), tecnologia e serviços (Metro Tecnologia e Serviços Ltda.). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo Conselho de Valores Mobiliários - CVM. As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 17 de março de 2020 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **b) Base para avaliação:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos valores. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com: **i) Provisão para riscos fiscais;** e **ii) Ativos financeiros diferidos.** **d) Informações sobre participações detidas em coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto, pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma substancial as atividades operacionais. **e) Normas alterações e interpretações de normas:** **i) IFRS 4 - Contratos de Seguro em Vigor:** AIFRS 17 - Contratos de Seguros: O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro em Vigor. AIFRS 17 aborda regras para avaliação dos contratos de seguros: i) Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo; ii) Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. E mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão; **iii) Variável Fee Approach:** adagem específica aos contratos de longo prazo de duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes: i) Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos; ii) Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa; iii) Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato; iv) Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados ao valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que refletem as expectativas dos respectivos fluxos. Estas não são classificadas em coligadas com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **b) Instrumentos financeiros ativos e passivos: i. Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementais diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **ii. Apresentação dos Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir: (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócio seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reconhecido para o resultado. (3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadram nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. (4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; excetos os passivos derivativos. O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação: a) **Preços:** As informações de mercado são utilizadas para determinar o valor justo. b) **Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;** i. Nível I: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo. **iii. Baixa:** Ativos financeiros são baixados quando: a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma data específica não são transferidos para o comprador. Quando os direitos são transferidos para o comprador, quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla. Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1. **iv. Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. As receitas e as despesas apresentadas em balanços líquidos somente quando permitido pelas normas contábeis. **v. Investimento em coligadas:** Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **d) Impostos sobre lucros:** Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem. Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. **Provisões:** As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases contábeis. As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases contábeis. **f) Ajuste do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competên-

cia. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente. **g) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido DVA ajustado aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, com as seguintes condições de validade reversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. **h) Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme o CPC 09. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisição de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional

	31.12.2019	31.12.2018
	133	23

NOTA 5 - TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	Classificação	31.12.2019		31.12.2018	
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Letras de arrendamento mercantil	Juro justo por meio do resultado	2	75	77	11.999
Certificados de depósitos bancários (i)	Juro justo por meio do resultado	4.408	4.408	-	-
Total dos títulos para investimento		2	4.483	4.485	11.999

(i) Em 31 de dezembro de 2019, os títulos para investimento referem-se a operações com a Alfa Arranhamento Mercantil, com vencimento até 02.03.2021, à taxa pós-fixada de 100% do CDI. (ii) Em 31 de dezembro de 2019, os títulos para investimento referem-se a operações com o Banco Alfa de Investimento S.A., com vencimento até 18.10.2021, à taxa pós-fixada de 100% do CDI. Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTE

	31.12.2019	31.12.2018
Circulante	5.119	315
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.638	1.894
Impostos e contribuições a compensar (i)	18	29
Diversos	2.463	192
Total de outros ativos circulante	2.175	2.238
Não Circulante	2.195	2.408
Depósitos judiciais (ii)	5	5
Opções por incentivos fiscais	2.190	2.403
Total de outros ativos não circulante	2.200	2.413

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Entidades coligadas	31.12.2019		31.12.2018	
	% de participação	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2018
Banco Alfa de Investimento S.A.	17,78	266.029	8.844	6.464
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	16,93	159.304	151.110	8.240
Corumbal Participações e Administração Ltda.	42,83	461.227	440.105	24.141
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	49,36	107.500	101.782	4.235
Outros Investimentos	-	41	41	-
<				



ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais Mil - Exceto quando indicado de outra forma)

c) Reservas de lucros: c.1) Reserva legal: É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. **c.2) Reserva de lucros a realizar:** É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes. Em 2019, a parcela de lucros realizados correspondentes aos dividendos recebidos de coligadas foi de R\$ 315 (2018 R\$ 668). Adicionalmente, a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade foi de R\$ 7.225 (2018 R\$ 6.488), totalizando no exercício o valor de R\$ 7.540 (2018 R\$ 7.156). A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2019	87.100	72.788	159.888
Constituição	-	9.709	9.709
Realização	-	(7.540)	(7.540)
Saldo Final em 31.12.2019	87.100	74.957	162.057

c.3) Reservas estatutárias: Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos. **d) Lucros acumulados:** Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. **e) Dividendos:** O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei nº 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, § 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 10 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Atualização dos depósitos judiciais e impostos para compensar Reversão de Provisões	122	142
Total	185	142

NOTA 11 - DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios - FGTS	(88)	(85)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(2.180)	(2.044)
Encargos sociais e previdenciários	(395)	(370)
Parcela anual complementar de honorário	(376)	(376)
Total	(3.039)	(2.875)

NOTA 12 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição sindical patronal	-	(63)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(122)	(113)
Convênio de ações escriturais	(45)	(42)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(95)	(96)
Serviços de terceiros	(189)	(164)
Despesas tributárias	(108)	(133)
Provisões diversas	(192)	(256)
Outras	(15)	(17)
Total	(766)	(884)

NOTA 13 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social		
IRPJ C. Social	40.880	43.012
IRPJ C. Social	40.880	43.012
Lucros antes das tributações		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(10.220)	(10.753)
Efeito das adições e exclusões		
- Adições:	(341)	(220)
Parcela anual de complemento de honorários da diretoria e conselho	(94)	(94)
Outras adições	(247)	(126)
- Exclusões:	10.561	10.973
Resultado de equivalência patrimonial	10.800	11.201
Outras exclusões, inclui prejuízo fiscal e base negativa da CSL	(239)	(228)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social que, em 31 de dezembro de 2019, apresentaram saldos acumulados de R\$4.206 mil (R\$3.318 mil em 2018) e R\$1.363 mil (R\$1.044 mil em 2018), respectivamente.

NOTA 14 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODOS INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	12.022	19.511
Títulos para investimentos (1)	11.999	19.504
No final do exercício	4.618	12.022
Disponibilidades	133	23
Títulos para investimentos (1)	4.485	11.999
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(7.404)	(7.489)

(1) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade.

NOTA 15 - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração. O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

a) Gestão do capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas. A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 9. **b) Risco de liquidez:** O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. **c) Gerenciamento do risco de liquidez:** A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização. **d) Risco de mercado:** Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. **e) Risco operacional:** A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as

medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Ativos	Ativos	Receitas	Receitas
(Passivos)	(Passivos)	(Despesas)	(Despesas)	
Caixa e disponibilidade em bancos	32	1	-	-
- Outras partes relacionadas	32	1	-	-
Banco Alfa S.A.	32	1	-	-
Títulos para Investimento	4.485	11.999	424	947
- Outras partes relacionadas	76	11.999	388	947
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	76	11.999	388	947
- Coligadas	4.409	-	36	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	4.409	-	36	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	518	314	612	568
- Coligadas	518	314	612	568
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	518	314	612	568
Outros Ativos/Outros Passivos	18	29	279	324
- Coligadas	18	29	279	324
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	18	29	279	324

Partes Relacionadas - Descrições das Prestações de Serviços

Empresas coligadas	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	Banco Alfa de Investimento S.A.
Objeto do contrato	Prestação de Serviços de assessoria, consultoria administrativa em geral nas áreas financeira, fiscal, contratos e contábil.	Aplicação financeira em Letras de Arrendamento Mercantil à taxa de 100% do CDI	Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário à taxa de 100% do CDI
Garantias e seguros	Não há.	Não há.	Não há.
Rescisão/extinção	Fica ressalvado às partes o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mediante a simples comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedência mínima de 30 dias, sem que com isso seja devida qualquer importância, a título de multa ou indenização.	Vencimento ou liquidações antecipadas	Vencimento ou liquidações antecipadas
Data da transação	01.08.1997	27.09.2012	28.10.2019
Montante envolvido	R\$ 297	R\$ 464	R\$ 4.445
Ativo/passivo	R\$ 18	R\$ 76	R\$ 4.409
Receita/despesa	R\$ 279	R\$ 388	R\$ 36

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2019, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 150 (R\$ 140 em 2018). Em 2019, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.651 (R\$ 1.608 em 2018). (1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2019 e 2018 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. (3) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2019: Preferenciais: 32,104% e total de ações: 16,749%.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO GUILHERME MONTEIRO LOBATO RIBEIRO - Presidente
LUIZ ALVES PAES DE BARROS
JOSE ALOYSIO BORGES

DIRETORIA

PAULO GUILHERME MONTEIRO LOBATO RIBEIRO - Diretor Presidente
RUBENS GARCIA NUNES - Diretor Vice-Presidente
MARCO AURÉLIO NETO ARNES - Diretor

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Alfa Holdings S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em empresas coligadas
Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 e nº 7 a Companhia detém participações societárias em empresas que atuam nos segmentos financeiros, ramos de seguros e prestação de serviços, registradas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratarem de investimentos com influência significativa. Essas investidas possuem estimativas contábeis relevantes que podem afetar o resultado da Companhia, como: provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD), provisão e passivos contingentes - trabalhistas, civis e fiscais, valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - Estrutura de Hedge Accounting e provisões técnicas de seguros e previdência. Devido a relevância desses investimentos, à mensuração dessas estimativas contábeis envolverem julgamento da Administração das investidas, das especificidades nos controles para gestão desses investimentos em razão das investidas estarem sujeitas a requerimentos legais e regulatórios próprios e identificação de transações entre partes relacionadas, consideramos essa área como relevante em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Entendemos por meio de os principais controles internos relacionados ao cálculo e reconhecimento do resultado dos investimentos. Além disso, os nossos procedimentos de auditoria, incluíram o planejamento do escopo de nossos trabalhos realizados para as investidas e a avaliação dos riscos de distorção relevante em relação aos assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante. Adicionalmente analisamos as informações das empresas investidas, validamos o percentual de participação, efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial, dos dividendos e/ou dos juros sobre capital próprio recebidos e analisamos o controle e divulgação de transações com partes relacionadas. Os Principais Assuntos de Auditoria das empresas investidas por nós auditadas, quando aplicável, estão descritos nos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras de cada empresa investida, e envolvem basicamente, os riscos indicados acima. Para esses riscos de distorção relevante das investidas por nós auditadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles chaves que mitiguem os respectivos riscos,

testes de detalhes com base em amostragem nas premissas utilizadas pela Administração para formação das estimativas contábeis descritas acima, avaliação do valor justo dos instrumentos derivativos e respectivos objetos de hedge, avaliação da efetividade do hedge apurada pela Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a contabilização dos investimentos e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de CPC, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 17 de março de 2020

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo - SP, 17 de março de 2020
Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Valter dos Santos

Eurico Ferreira Rangel

Rubens Barletta